



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**

Subsecretaria de Administração Geral

Ofício Nº 998/2021 - SES/SUAG

Brasília-DF, 03 de maio de 2021.

**Assunto:** Contratação de Serviços por Dispensa de Licitação.

A Secretaria de Saúde do Distrito federal, neste ato representada pelo Subsecretário de Administração Geral – SUAG/SES - DF convoca as empresas interessadas em participar do no presente Ofício Convocatório de Dispensa de Licitação Emergencial; que será instruído com fundamento no Inciso IV, do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93 - Regime que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

O objeto do presente refere-se a Contratação Emergencial de Serviço de Gestão Integrada por lotes compreendendo gerenciamento técnico, assistência multiprofissional (de forma ininterrupta), com manutenção e insumos necessários para o funcionamento dos equipamentos (incluindo computadores e impressoras) e atendimento dos pacientes (medicamentos, materiais médico-hospitalares, gases medicinais e esterilização de equipamentos e materiais, alimentação, nutrição enteral e parenteral), em unidades da Secretaria de Saúde do Distrito Federal para enfrentamento a SARS-CoV-2, conforme Projeto Básico (60972549).

Este Ofício e o Projeto Básico deste procedimento buscam atendimento único e exclusivamente às necessidades geradas pela pandemia (SARS-COV2), não podendo o objeto ser destinado ao atendimento de demais enfermidades.

**DETALHAMENTO DO OBJETO**

LOTE	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	14338	<b>LEITO DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR ADULTO (LSVP) COM TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA BEIRA-LEITO - <u>HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR</u>: 100 (cem) Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP) com Terapia Renal Substitutiva beira-leito</b> , compreendendo a locação de equipamentos, gerenciamento técnico, assistência multiprofissional (de forma ininterrupta), com manutenção e insumos necessários para o funcionamento dos equipamentos (incluindo computadores e impressoras) e atendimento dos pacientes (medicamentos, materiais médico-hospitalares, gases medicinais e esterilização de equipamentos e materiais, alimentação, nutrição enteral e parenteral), vigilância e limpeza.	DIÁRIA	18.000	R\$ <b>66.493.800,00</b>

2	14338	<b>LEITO DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR ADULTO (LSVP) COM TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA BEIRA-LEITO - <u>HOSPITAL DA CEILÂNDIA</u>: 20 (vinte) Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP) com Terapia Renal Substitutiva beira-leito</b> compreendendo a locação de equipamentos, gerenciamento técnico, assistência multiprofissional (de forma ininterrupta), com manutenção e insumos necessários para o funcionamento dos equipamentos (incluindo computadores e impressoras) e atendimento dos pacientes (medicamentos, materiais médico-hospitalares, gases medicinais e esterilização de equipamentos e materiais, alimentação, nutrição enteral e parenteral), vigilância e limpeza.	DIÁRIA	3.600	<b>R\$ 13.298.760,00</b>
	12920	<b>LEITO DE ENFERMARIA - INTERNAÇÃO CLÍNICA ADULTO - <u>HOSPITAL DA CEILÂNDIA</u>: 40 (quarenta) Leitos de enfermaria (Leito Clínico),</b> compreendendo a locação de equipamentos, gerenciamento técnico, assistência multiprofissional (de forma ininterrupta), com manutenção e insumos necessários para o funcionamento dos equipamentos (incluindo computadores e impressoras) e atendimento dos pacientes (medicamentos, materiais médico-hospitalares, gases medicinais e esterilização de equipamentos e materiais, alimentação, nutrição enteral e parenteral), vigilância e limpeza.		7.200	<b>R\$ 6.499.872,00</b>
<b>TOTAL DE DIÁRIAS 28.800 (Vinte e oito mil e oitocentos)</b>					
<b>VALOR ESTIMADO R\$ 86.292.432,00 (Oitenta e seis milhões, duzentos e noventa e dois mil quatrocentos e trinta e dois reais)</b>					

**Havendo divergência entre a especificação constante no Projeto Básico e a especificação contida no Portal de Compras (código BR), prevalecerá a especificação do Projeto Básico. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.**

A prestação dos serviços objeto do presente instrumento deve contemplar a contratação de todo serviço de diárias em Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP) com Terapia Renal Substitutiva beira-leito, e leitos de Internação Clínica Adulto, compreendendo a locação de equipamentos, gerenciamento técnico, assistência multiprofissional (de forma ininterrupta), com manutenção e insumos necessários para o funcionamento dos equipamentos (incluindo computadores e impressoras) e atendimento dos pacientes (medicamentos, materiais médico-hospitalares, gases medicinais e esterilização de equipamentos e materiais, alimentação, nutrição enteral e parenteral), vigilância e limpeza.

- Portaria nº 895 de 31 de março de 2017 (classificação e habilitação de leitos de Cuidado Intermediário Adulto), Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 (classificação e de habilitação de leitos de Cuidado Intermediário Adulto), RDC 50/2002 e Portaria MS nº 3.432/1998, e necessidade da Contratante, conforme Apêndices;
- Fornecimento de Insumos e Materiais necessários para perfeito funcionamento de Leitos;
- Suporte Dialítico aos leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar;

- Fornecimento de Recursos Humanos composto de equipe de assistência médica multiprofissional e equipe administrativa seguindo o disposto na Portaria nº 895, de 31 de março de 2017 (leito de Unidade de Cuidado Intermediário), Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e RDC nº 50/2002;
- Equipe Administrativa;
- Equipe de Brigadistas;
- Equipe de Limpeza;
- Equipe de Vigilância;
- Equipe Médica (especialidades mínimas: infectologia, terapia intensiva, radiologia e clínica médica);
- Equipe Enfermeiros;
- Equipes Técnicos de Enfermagem;
- Padioleiro;
- Equipe Fisioterapia;
- Equipe Fonoaudiólogo;
- Equipe de Terapeuta Ocupacional;
- Equipe Psicólogo;
- Equipe de Assistente Social;
- Equipe Odontológica;
- Equipe Nutrição;
- Equipe Farmacêutico Bioquímico - Farmácia;
- AOSD Farmácia;
- Equipe Laboratório;
- Equipe Técnico em Análises Clínicas;
- Equipe Técnico de Radiologia;
- Equipe de Hotelaria e Lavanderia, Resíduos, Controle de pragas e vetores, Limpeza e desinfecção de caixas d'água; e
- Equipe de Tecnologia da Informação (com suporte 24 horas).

A prestação dos serviços, assim como efetivação do pagamento deverá ocorrer por disponibilidade de Diárias pela Contratada haja vista a natureza e a disponibilização da necessidade do serviço, objeto do presente Projeto Básico.

A lista contida no **APÊNDICE VI** não exige a Contratada de fornecer demais insumos necessários para execução do Contrato. Há a possibilidade de utilização de itens não listados, visto que a prestação do serviço deve atender de forma integral e individualizada os pacientes.

## 1. DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

1.1. A proposta comercial deverá ser enviada em papel timbrado, com todas as folhas rubricadas e numeradas, assinada pelo representante legal da empresa, via endereço eletrônico [dispensadelicitacao.sesdf@saude.df.gov.br](mailto:dispensadelicitacao.sesdf@saude.df.gov.br), com cópia para [dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com](mailto:dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com), até as **12:00h (Doze horas)** - horário de Brasília - do dia **10/05/2021 (Segunda - Feira)**, contendo as seguintes indicações:

### Proposta de Preços

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

Ofício nº:

Processo nº:

Razão Social da empresa proponente:

Recebimento previsto até: Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, \_\_\_\_hs.

### Documentos para Habilitação

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

Dispensa de Licitação nº:

Processo nº:

Razão Social da empresa proponente:

Recebimento previsto até: Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, \_\_\_\_hs.

1.2. Concomitantemente à fase de recebimento da(s) Proposta(s), que serão avaliadas de acordo com os critérios de aceitação previstos no Projeto Básico. A(s) empresa (s) proponente (s) deverão encaminhar toda a documentação de habilitação solicitada neste Ofício, bem como no referido Projeto Básico. Após avaliação do setor técnico competente, aquela que seja considerada a melhor colocada - conforme critérios de julgamento estabelecidos no Projeto Básico - para o(s) item(s) a ser(em) adquirido (s)/Contratado(s), bem como avaliação de recebimento documental que será feita por meio dos horários e anexos encaminhados pelo endereço eletrônico destinado ao recebimento da (s) Proposta(s) e Habilitação(ões), serão as empresas ordenadas/posicionadas em Mapa Comparativo de Preços; estando a empresa(s) que não cumprir (em) integralmente à determinação passível (eis) de desclassificação sumária.

1.3. A documentação necessária à habilitação deverá ser apresentada por meio digital em formato ".PDF", autenticada por cartório competente e/ou validável digitalmente.

1.4. Caso a SES-DF julgue necessário, a(s) Proponente (s) deverá (ão) encaminhar as Planilhas de Detalhamento da Proposta de Preço do **APENDICE I (em sua totalidade)**, devendo ser apresentada/encaminhada em formato ".xlsx" (Excel);

1.5. À apresentação da documentação necessária **deverá** ocorrer por meio eletrônico, na forma acima citada. Caso se faça necessário e devidamente motivado, serão solicitadas as documentações originais, de forma a verificar se a documentação apresentada previamente corresponde à original e para posterior arquivamento, conforme inciso II, art. 16, da Portaria SEPLAG nº 459/2016.

1.6. Caso Solicitado por esta SES-DF, a(s) empresa(s) interessada(s) poderá (ão) entregar sua(s) proposta(s) juntamente à (os) documentação (ões) originais e/ou cópias autenticadas e validáveis digitalmente, em envelopes fechados e identificando a Dispensa de Licitação no protocolo da Gerência de Aquisições Especiais – GEAQ/DAESP/SUAG/SES-DF nesta Administração Central – Edifício PO 700 – (2º andar) Endereço: Setor de Rádio e TV Norte (SRTVN) – 701 Norte – Via W5 Norte, lote D CEP: 70.719-040, nos prazos estabelecidos.

**OBS: A abertura de envelopes (caso ocorra) contendo a documentação para habilitação e as propostas, será realizada em expediente interno em ato onde participarão, exclusiva e restritamente, servidores desta secretaria de estado de saúde, salvo determinação judicial e/ou superior expressa.**

## 2. DA PROPOSTA DE PREÇO

### 2.1. OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA SÃO OS SEGUINTE:

**2.1.1.** A(s) Proposta(s) deverá(ão) ter validade não inferior a 90 (noventa) dias e será(ão) selecionada(s) pelo critério **MENOR PREÇO POR LOTE/ITEM**, conforme o § 1º do Artigo 45 da Lei 8.666/93, observados os requisitos de segurança tanto para os usuários quanto para os profissionais de saúde desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Os produtos da proposta deverão ter "compatibilidade de especificação técnica e de desempenho", conforme estabelecida no art. 15, inc. I, da Lei 8.666/93;

**2.1.2.** A empresa proponente deverá apresentar cotação para o serviço descrito no presente Projeto Básico devendo discriminar pormenorizadamente o serviço cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos (memória de cálculo), contendo o nome da empresa proponente, endereço, números do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal, estando em papel timbrado, datada e assinada e com a especificação em conformidade com o solicitado, **APÊNDICE I - Modelo de Proposta, para cada LOTE/ITEM em separado;**

**2.1.3.** O participante deverá encaminhar a Proposta por meio eletrônico nos termos deste Ato Convocatório advindo do Projeto Básico, através do endereço eletrônico: [dispensadelicitacao.sesdf@saude.df.gov.br](mailto:dispensadelicitacao.sesdf@saude.df.gov.br) com cópia para [dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com](mailto:dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com);

**2.1.4.** Os arquivos das Propostas e documentações de habilitação deverão ser encaminhados em formato ".PDF", devendo estar assinada e autenticada por cartório competente e/ou ser validável digitalmente;

**2.1.4.1.** As proponentes poderão encaminhar para os endereços de e-mails constantes no item 2.1.2 as propostas e demais documentações através da disponibilização de *links* para *download* em "Nuvem" (Unidade virtual de armazenagem);

**2.1.5.** Caso a SES-DF julgue necessário, a(s) Proponente (s) deverá (ão) encaminhar as Planilhas de Detalhamento da Proposta de Preço do **APÊNDICE I (em sua totalidade)**, devendo ser apresentada/encaminhada em formato ".xlsx" (Excel);

**2.1.5.** O orçamento deverá incluir a garantia com cobertura completa de manutenção, de todo o sistema, com manutenção preventiva e corretiva com substituição de peça dos equipamentos médicos, relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;

- 2.1.7.** O encaminhamento da proposta implica no integral conhecimento e atendimento às exigências previstas no ato convocatório;
- 2.1.8.** Os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta;
- 2.1.9.** Todos os custos relativos a transporte, frete, e custos relativos ao Serviço, deverão já constar no custo total efetivo das propostas para contratação do serviço;
- 2.1.10.** A apresentação das propostas implicará a plena aceitação, por parte da Proponente, das condições estabelecidas neste Projeto;
- 2.1.11.** No caso de omissões puramente formais em propostas, inclusive quanto ao seu prazo de validade, serão considerados aqueles descritos neste Projeto Básico;
- 2.1.12.** Os produtos da proposta deverão ter "compatibilidade de especificação técnica e de desempenho", conforme estabelecida no art. 15, inc. I, da Lei 8.666/93;
- 2.1.13.** As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados;
- 2.1.14.** Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Projeto Básico;
- 2.1.15.** É indispensável a emissão de Parecer Técnico para os itens constantes deste Projeto Básico;
- 2.1.16.** A Proposta da Empresa Proponente deve estar em **papel timbrado**, datada, assinada, com o descritivo de cada item, em conformidade com o solicitado.
- 2.1.17.** Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SES-DF, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado;
- 2.1.18.** A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras.

## **2.2.DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**2.2.1.** Serão sumariamente desclassificadas as Propostas que:

- 2.2.1.1.** Contenham vícios ou ilegalidades;
- 2.2.1.2.** Não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico;
- 2.2.1.3.** Apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis;
- 2.2.1.4.** Não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço, qualidade e produtividade apresentada.

## **3. HABILITAÇÃO**

**3.1.** A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

- 3.1.1.** A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida ou pendência em seu cadastro, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
- 3.2.** Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.
- 3.3.** Considerando o art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993, será realizada prévia pesquisa junto aos Portais Oficiais do Governo (STC/GDF e CEIS/CGU) e no CNJ (condenações cíveis por atos de Improbidade Administrativa) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 160/2019 PRCON/PGDF).
- 3.4.** Para habilitação dos licitantes, será exigida ainda, a seguinte documentação:
- 3.4.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA:**
- 3.4.1.1.** A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, e a documentação por ele abrangida;
- 3.4.1.2.** Cédula de Identidade (responsável pela representação e assinatura do contrato);
- 3.4.1.3.** Alvará de Funcionamento Empresarial;
- 3.4.1.4.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 3.4.1.5.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 3.4.1.6.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 3.4.1.7.** A Proponente cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento para comprovar a sua regularidade;
- 3.4.1.8.** Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida;
- 3.4.1.9.** Considerando o art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União, consulta consolidada de Pessoa Jurídica, para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações;
- 3.4.1.10.** Não haver impedimento para celebrar contratos com o ente sancionador, Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF;
- 3.4.1.11.** Registro Comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de Empresa individual;
- 3.4.1.12.** Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sitio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal;
- 3.4.1.13.** Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;
- 3.4.1.14.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de Julho de 2011;

- 3.4.1.15.** Certidão Eletrônica Negativa de Contas Julgadas Irregulares - TCDF, que declara que o requerente não figura como responsável por contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal nos últimos 8 (oito) anos. O documento deverá ser validado na página do TCDF com o código registrado na Certidão.
- 3.4.1.16.** Certidão de Relação de Infrações Trabalhistas da Secretaria de Inspeção do trabalho – SIT, a qual emitirá relação de autos de infração trabalhistas lavrados contra a empresa.
- 3.4.1.17.** Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, Certificado do F.G.T.S.;
- 3.4.1.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa*, expedida pelo *Tribunal Superior do Trabalho*, Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470, de 24 de agosto de 2011;
- 3.4.1.19.** As empresas proponentes deverão apresentar declaração de que não utilizam mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utilizam, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/9;
- 3.4.1.20.** Declaração contendo a indicação de que, no momento da assinatura do Contrato, possuirá aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível no Distrito Federal para a realização do objeto da licitação, conforme disposto no inciso II do Art. 30 da Lei 8.666/93;
- 3.4.1.21.** Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza, Fundamento, §2º, art. 32 da Lei 8.666/1993;
- 3.4.1.22.** Apresentar declaração, informando que os serviços são produzidos e/ou prestados cumprindo-se a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência e/ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 3.4.1.23.** Declaração de que não foi declarada INIDÔNEA ou IMPEDIDA DE LICITAR, Fundamento, Inciso IV, art.87, Lei 8.666/1993;
- 3.4.1.24.** Declaração de que possui capacidade operacional para executar diretamente o contrato , Fundamento, art.30, Lei 8.666/1993;
- 3.4.1.25.** De acordo com a Portaria nº 356 de 29 de junho de 2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal, a empresa participante deverá apresentar, na fase da licitação com vistas à habilitação jurídica e no ato na assinatura do contrato, declaração de que não possui servidor da Administração direta ou indireta no quadro societário da empresa, conforme Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, combinado com o Art. 9º da Lei 8.666/1993;
- 3.4.1.26.** As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767, de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011;
- 3.4.1.27.** Deve apresentar a Declaração de Indicação dos Responsáveis Técnicos da empresa participante, devidamente assinada pelo representante legal da empresa e preenchida com os dados dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços objeto da presente licitação, registrados perante entidade competente.



### 3.4.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

#### 3.4.3.1. CONFORME ESTABELECIDO NO PROJETO BÁSICO;

### 3.4.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**3.4.4.1.** Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101 de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

**3.4.4.2.** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica e/ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

**3.4.4.3.** Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registradas, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**3.4.4.4.** Em se tratando de Sociedade Anônima, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado;

**a)** As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

**b)** A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \end{aligned}$$

c) As empresas que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento). A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme estabelecido no inciso X deste subitem, conforme Decisão nº 5.876/2010-TCDF.

**3.5.** O índice econômico ou % do capital social poderão ser comprovados por documentos traduzidos por tradutor público juramentado e consularizado; sendo convertidos os valores com base na data de registro do documento, conforme determinação do Banco Central do Brasil - BACEN.

**3.6.** Declaração do Proponente, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E, da IN 05/2017, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do Proponente que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “d” acima, observados os seguintes requisitos:

**3.6.1.** A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social.

#### 4. **DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**

**4.1.** As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **Contratante**.

**4.2.** A **Contratada** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **Contratante**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **Contratante**.

**4.3.** A **Contratada** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

**4.4.** A **Contratante**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **Contratada**.

**4.5.** As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

I - Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;

II - Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;

III - Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### 5. **OUTRAS DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES**

**5.1. Declaração de que a empresa proponente tomou conhecimento de todos os critérios e exigências descritas no Projeto Básico, bem como no presente Ato Convocatório;**

**5.2.** Em se tratando da prestação de serviços, com dedicação de mão de obra, fica a contratada obrigada a se manter adimplente às suas obrigações - em caso contrário - fica a Administração Pública autorizada a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das respectivas contribuições Previdenciárias e do FGTS, quando esses não forem honrados pelas empresas.

**5.3.** É obrigação da contratada manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do certame, sob pena de rescisão do contrato e da execução de garantia, para ressarcimento do erário, além das penalidades já previstas na lei (arts.55, inciso XIII, ,78, inciso I, 80, inciso III, e 87 da lei Nº 8.666/1993);

**5.4.** Para habilitação, as empresas deverão estar devidamente cadastradas e habilitas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

**5.5.** Respeitar e implantar obrigatoriamente a o Programa de Integridade nas empresas que contratam com a Administração Pública, conforme descrito à lei 6.112/2018, bem como apresentar declaração relativa ao seu integral cumprimento.

**5.6.** Apresentar em tempo próprio a documentação elencada para atendimento aos termos Dispostos na Lei 6.679/2020, bem como declaração de quer irá cumprir a determinação legal;

**5.7.** Atender a todas as diligências/solicitações em prazo máximo de 72h/ 03 (três) dias úteis, quando diligenciado pelo setor responsável;

**5.8.** As empresas participantes do certame deverão observar as seguintes diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas no Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, alterado pelo Decreto 9.178, de outubro de 2017:

- Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
- Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento;
- Os bens a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo, também, com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, no que couber.

**Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria telefone 162.**

**SERGIO LUIZ DE SOUZA CORDEIRO**

Subsecretaria de Administração Geral

Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO LUIZ DE SOUZA CORDEIRO - Matr.1691713-8, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 03/05/2021, às 17:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=61089939)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **61089939** código CRC= **44911353**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF  
(61)3348-6123

Site: - [www.saude.df.gov.br](http://www.saude.df.gov.br)

00060-00178460/2021-61

Doc. SEI/GDF 61089939